

## ATO E REFLEXÃO SOBRE MEIO AMBIENTE

Uma sessão solene do Congresso, marcada por exortações à preservação dos recursos naturais e à defesa da soberania da Amazônia, comemorou o Dia Mundial do Meio Ambiente. Diversos senadores se manifestaram na solenidade e em discursos no Plenário. Como parte das celebrações da 3ª Semana do Meio Ambiente, o presidente do Painel

Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, Rajendra Pachauri (à dir., na foto, ao lado de Garibaldi Alves), foi recebido pelo presidente do Senado e por parlamentares ligados à causa ambiental. Pachauri ressaltou que os países emergentes devem construir juntos políticas de conservação da Natureza. **4 e 5**



Foto: Geraldo Magela

# Denise confirma pressão de Dilma

Ex-diretora da Anac reafirma, em audiência no Senado, ter sido pressionada por ministra da Casa Civil a não criar dificuldades para a venda da Varig

**E**m depoimento que se estendeu por nove horas na Comissão de Infra-Estrutura, Denise Abreu declarou que foi "indagada expressamente" pela ministra Dilma Rousseff sobre as razões da exigência de documentação feita aos compradores da Varig. A ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) disse ter sido pressionada também pelo escritório do advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, para que a Anac agilizasse o exame da documentação. Um dos momentos mais tensos ocorreu quando Aloizio Mercadante contestou Denise alegando que foi um juiz, e não o governo, quem decidiu isentar os compradores da Varig das dívidas antigas da companhia. Arthur Virgílio anunciou que encaminhará pedidos de informação aos ministérios da Defesa e do Trabalho e Emprego sobre reuniões supostamente realizadas com Roberto Teixeira. O ex-presidente da Anac Milton Zuanazzi afirmou à comissão que Dilma Rousseff só queria salvar a Varig. **3**

Denise Abreu fala na audiência presidida por Marconi Perillo; na foto abaixo, Demostenes Torres (à esquerda, ao fundo), Renato Casagrande, Heráclito Fortes, Romero Jucá e Ideli Salvatti participam do debate



Márcia Kolome



Márcia Kolome

Mala de documentos de Denise chega ao Senado; papéis foram colocados à disposição dos senadores



José Cruz

## Rastreamento combate fraude em remédios

A fiscalização é essencial para o combate à falsificação de medicamentos. Essa foi a conclusão a que chegaram os participantes de audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, na qual se debateu proposta que determina a identificação e o rastreamento dos medicamentos por sistema eletrônico. **6**

## Cadastro de crianças desaparecidas

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para facilitar o cruzamento de informações entre os cadastros estaduais e o nacional. O projeto segue para a Comissão de Direitos Humanos. **2**

## Brasil elabora plano para ajudar o Paraguai

O apoio à construção de uma linha de transmissão entre a hidrelétrica de Itaipu e Assunção faz parte do programa de ajuda ao Paraguai que o governo brasileiro está preparando. A informação é de Eduardo dos Santos, que teve sua indicação para embaixador aprovada na Comissão de Relações Exteriores. **8**

Comissão de Assuntos Sociais aprova projeto de Roseana Sarney que visa facilitar o cruzamento de informações e a localização de menores

## Sistema integra cadastros de crianças desaparecidas

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de Roseana Sarney (PMDB-MA) que cria o Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para integrar os cadastros estaduais e o cadastro nacional. O objetivo é facilitar o cruzamento de informações e a conseqüente localização dos menores desaparecidos.

Na justificativa do projeto (PLS 211/04), a senadora lembra que cerca de 10 mil crianças perdem-se de seus pais ou responsáveis a cada ano e que 15% delas jamais são encontradas.

Como relatora *ad hoc*, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que o sistema nacional proposto trará a possibilidade



Comissão se reúne sob a presidência de Rosalba Ciarlini (E)

de maior divulgação de informações sobre os menores desaparecidos, mediante parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) e com a participação da sociedade.

O projeto de Roseana já foi

aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue agora para exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para votação em decisão terminativa.

## Audiência discutirá política de saúde mental



Flávio Arns busca reintegração de doentes ao convívio familiar e social

Foi aprovado na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) que propõe audiência pública para discutir a Política Nacional de Saúde Mental, a propósito do Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Segundo ele, nessa iniciativa, o mais importante é criar condições para que os doentes mentais se reintegrem ao convívio da família e da comunidade.

Como convidados da reunião, Flávio Arns sugere o coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Godinho Delgado; a presidente

da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), Paulina do Carmo, bem como representantes do Ministério da Educação e da Associação Gerando Saúde Mental, do Paraná.

Para a vice-presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), se houve a decisão de acabar com a política de internação dos doentes mentais, o que foi bom, agora será preciso aprovar outras medidas para substituir suas indicações terapêuticas. Ela disse que, neste momento, muitas pessoas que saem dos hospitais mentais, e não têm para onde ir, ficam nas ruas.

## Avança debate sobre vale-hospedagem

A CAS discutiu ontem o projeto que cria o vale-hospedagem, benefício que o empregador poderá fornecer a seus empregados para utilização em despesas de hospedagem e alimentação. De acordo com a proposta, as empresas que adotarem a medida poderão gozar de dedução do lucro tributável, para fins de Imposto de Renda Pessoa

Jurídica, do dobro das despesas realizadas nesses programas de Hospedagem para o Lazer do Trabalhador.

O projeto (PLS 488/03), de autoria do ex-senador Leonel Pavan, tramita com parecer favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS). Ele considerou a proposta boa para o trabalhador e também para a rede hoteleira,

que apresenta ociosidade fora das temporadas turísticas. O texto será votado em decisão terminativa em uma das próximas reuniões da CAS.

Para Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a matéria estimulará o trabalhador a conhecer outros aspectos do Brasil, mediante viagens turísticas patrocinadas pelo vale-hospedagem.

## Valadares quer incluir produção de mel em programa federal

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu a inclusão da produção de mel de abelha do semi-árido do Nordeste no programa Mais Alimentos, cujo lançamento pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário está sendo anunciado para o dia 2 de julho.

O programa visa dar uma resposta do Brasil à crise alimentar mundial e à alta excessiva das *commodities* agrícolas (soja, trigo, milho), além de alcançar um excedente de produção de 18 milhões de toneladas ao ano. Cria, também, uma linha de crédito

no valor de até R\$ 100 mil para cada pequeno produtor, beneficiando 1 milhão de agricultores até 2010.

Segundo o senador, dentro das perspectivas do Mais Alimentos, o potencial melífero do Nordeste não só representaria um adicional da contribuição brasileira para minimizar a crise mundial de alimentos, como beneficiaria a economia regional em razão das condições consideradas ideais para sua produção.

– Todo e qualquer esforço desenvolvido pelas autoridades



Valadares defende esforço para baratear custos e evitar a inflação

com o objetivo de aumentar o volume de alimentos para atender à demanda, sem dúvida, vai baratear custos e evitar a inflação e a redução do poder aquisitivo da população – sustentou.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

Às 10h, será realizada sessão especial para homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil. Às 14h, a sessão é deliberativa. A ordem do dia continua trancada por medidas provisórias.

### Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abre, às 10h, a sessão especial em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil; às 11h, recebe a visita de integrantes da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile; e, às 16h, preside a ordem do dia.

### Na CMA, ciclo de palestras sobre controle público

Às 9h, tem início o ciclo de palestras da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre o controle público como instrumento de cidadania.

### Indicação de três embaixadores em votação na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota, às 9h, indicações de embaixadores. Depois, examina projetos e recebe membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile.



### CRA analisa limite da jornada no campo

Quatro proposições deverão ser votadas a partir das 9h pelos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Entre os projetos da pauta está o que estabelece limites para a jornada de trabalho no campo.

### Comissão debate defesa da criança e do idoso

Um dos projetos da pauta da reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 9h, é o que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. Às 14h30, a comissão debate em audiência pública a violência contra

o idoso, incluindo questões relativas a saúde, segurança, igualdade de tratamento e não-discriminação. Entre os convidados estão os ministros da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e da Educação, Fernando Haddad.

### Secretário do Tesouro Nacional comparece à CMO

Na Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 10h, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin, fala sobre o cumprimento de meta fixada para o primeiro quadrimestre, relativa aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

### Infra-Estrutura recebe ministro das Cidades

O ministro das Cidades, Márcio Fortes, falará à Comissão de Infra-Estrutura (CI), às 10h, sobre o estado de conservação e manutenção da via permanente e do material rodante do trem metropolitano de Belo Horizonte e de outras capitais do país.

### CDR discute casa popular

Às 10h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa três projetos: o que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Os outros dois criam ZPE nos municípios de Bom Jesus (PI) e Colatina (ES).

### Senado Verde debate potencial hídrico

Realiza-se às 17h o debate sobre o "Uso de Potenciais Hídricos: A Questão da Transposição das Águas", que integra a programação da 3ª Semana do Meio Ambiente e do Senado Verde.

Ex-diretora de agência afirma que foi "indagada expressamente" por Dilma Rousseff sobre exigências que impôs à venda da Varig



Senadores questionam Denise Abreu, que, nas nove horas de depoimento, apontou pressão da ministra da Casa Civil e ingerência de compadre de Lula para apressar decisão sobre venda da Varig

# Denise aponta ingerência para Anac aprovar operação

EM NOVE HORAS de depoimento à Comissão de Infra-Estrutura do Senado, a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu denunciou ingerências para que a agência homologasse a venda da Varig e da VarigLog.

Apesar de ter comparecido à audiência com uma mala de documentos, Denise não apresentou "prova concreta" de suposta pressão que teria recebido da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. "Ninguém faz uma pressão dessas diretamente, com ata assinada", respondeu a Renato Casagrande (PSB-ES).

A ex-diretora da Anac denunciou pressões por parte do escritório do advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, para agilizar a operação – intermediada pelo escritório do advogado.

Um dos momentos mais tensos do depoimento ocorreu quando Aloizio Mercadante (PT-SP) provocou debate sobre a decisão de isentar os comprado-

res da Varig das antigas dívidas da companhia aérea. Antes, alguns senadores de oposição haviam questionado a decisão e insinuado que a decisão partira do governo.

– Não foi o governo, como estão insinuando maliciosamente. Foi o juiz Luiz Roberto Ayub, da Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que cuidou do caso. Ele decidiu baseado na lei de recuperação judicial de empresas aprovada pelo Senado.

Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que o Brasil "ficou assombrado" ao tomar conhecimento dos detalhes da venda da Varig para a VarigLog (sua ex-subsidiária) e, depois, para a Gol. Para ele, só a atuação do advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, permitiu que "fosse feita uma proposta de picaretagem, que

acabou entregando a Varig por US\$ 24 milhões a três desconhecidos empresários brasileiros e um investidor da China".

Jereissati observou que Roberto Teixeira foi, simultaneamente, advogado dos dois lados nessa história. "Atuou na solução da venda da companhia sem as dívidas e depois na venda da empresa para a Gol".

Depoendo logo em seguida, o ex-presidente da Anac Milton Zuanazzi defendeu os atos da agência durante o processo de venda da Varig e da VarigLog. Sobre a participação de Dilma Rousseff nos episódios, Zuanazzi não sancionou a versão da ex-diretora da Anac Denise Abreu de que a ministra teria interferido a favor da venda da VarigLog a um consórcio que não tinha as condições legais para fazer a compra.

**"Ninguém faz uma pressão com ata assinada", afirmou ex-diretora na Comissão de Infra-Estrutura**

## Governistas citam apelo para manter empresa

Durante depoimento de Denise Abreu, Romero Jucá (PMDB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC) lembraram a mobilização do Congresso e da sociedade para evitar a quebra da Varig. Eles assinalaram que período que antecedeu a falência da companhia foi marcado por diversas tentativas para salvar a empresa.

– É importante lembrar que já estava em vigor a Lei de Falências, que aprovamos em 2005, prevendo tentar salvar empresas em dificuldades – afirmou Ideli, acrescentando que a Varig foi a primeira empresa de grande porte cuja venda foi regida pela Lei de Falências.

No mesmo sentido, Jucá lembrou as manifestações de apoio à empresa e os muitos apelos recebidos de diferentes setores da sociedade.

– Havia o clamor político e o clamor popular para que a Varig continuasse voando. Era uma empresa de nome, presente no imaginário brasileiro – frisou Jucá.

## Denúncias são graves, avaliam opositoristas

A venda da Varig à Gol por US\$ 320 milhões foi questionada pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio. Amparado em denúncia da revista *Veja*, Virgílio observou que havia oferta de valor quase quatro vezes maior.

Na opinião do senador, as informações prestadas pela ex-diretora da Anac são "muito graves" e podem levar à criação de uma CPI para investigar o assunto.

Virgílio anunciou que encaminhará pedidos de informação aos ministérios da Defesa e do Trabalho e Emprego sobre reuniões realizadas com Roberto Teixeira, advogado que intermediou a negociação que resultou na venda da Varig para a VarigLog e, posteriormente, para a Gol.

Heráclito Fortes propôs à Comissão de Infra-Estrutura que informe à Bolsa de Nova York sobre "negócios nebulosos" do empresário Lap Chan – um dos compradores da Varig.

### TENÓRIO QUER MARCO PARA BIOCOMBUSTÍVEIS

O senador João Tenório (PSDB-AL) defendeu a criação de um marco regulatório para os biocombustíveis, visando equilibrar a sua produção com a de alimentos. Assim, observou, estaria o Brasil respondendo a críticas dos países protecionistas e dos grandes produtores de petróleo e derivados ao programa de energia alternativa baseada no etanol da cana-de-açúcar.

### Deputados aprovam a Contribuição Social para a Saúde

A Câmara dos Deputados aprovou no início da noite de ontem a Contribuição Social para a Saúde (CSS), que guarda muita semelhança com a antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), derrubada pelo Senado em dezembro. O governo precisava de 257 votos para aprovar o texto apresentado pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS) e obteve 297, número inferior

ao de sua base de sustentação naquela Casa, estimado em 383 parlamentares.

De acordo com a proposta, que será apreciada agora pelo Senado, a alíquota da CSS será de 0,1% sobre as transferências bancárias, e os recursos se destinarão exclusivamente à área da saúde. A cobrança passaria a ser feita já a partir de janeiro próximo, com possibilidade de uma arrecadação

de até R\$ 12 bilhões.

A criação da CSS resultou de substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar 306/08, do Senado, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, vinculando receitas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a gastos na saúde. A criação da CSS foi votada em separado (com informações da Câmara dos Deputados).

### COLOMBO ANUNCIA VOTO CONTRA NOVO IMPOSTO

Raimundo Colombo (DEM-SC) anunciou ontem que votará contra a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS). "Não adianta vir com essa conversa de que isso é uma iniciativa parlamentar. Porque, vamos ser sinceros, ninguém é idiota. O governo quer, sim, aumentar o imposto e é dele a iniciativa. Não vejo nenhuma razão para aprovarmos essa medida", disse.

### INÁCIO ARRUDA REBATE ACUSAÇÃO A PREFEITURA

Inácio Arruda (PCdoB-CE) criticou reportagem da TV Globo que, segundo ele, dirigiu acusações falsas e caluniosas à prefeitura de Santana do Acaraú (CE). "Fizeram uma armação em uma escola comunitária. Depois, outra armação sobre uma licitação. E mais outra armação em relação a uma escola que foi dada como municipal, e nem municipal é", reagiu

### Hélio Costa tem foto fixada na galeria de ex-presidentes da CE

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), inaugurou ontem o retrato do senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações, na galeria de ex-presidentes do colegiado.



### José Pimentel toma posse no Ministério da Previdência

O presidente Lula empossou ontem, em solenidade no Planalto, o deputado José Pimentel (PT-CE) no cargo de ministro da Previdência. Ele assumiu a vaga deixada por Luiz Marinho, que vai disputar a prefeitura de São Bernardo (SP).

### PAULO DUQUE DEFENDE PEC SOBRE PETRÓLEO

Paulo Duque (PMDB-RJ) pediu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 20/07) de sua autoria que permite aos estados cobrar na origem o ICMS sobre petróleo e derivados, e também sobre energia elétrica, destinados a outros estados. Ele disse que a matéria tem voto favorável na Comissão de Constituição e Justiça, elaborada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## Tuma sugere aceleração do Calha Norte

Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou que não pode haver dúvida sobre quem é o dono da Amazônia brasileira. "A Amazônia é nossa", afirmou. Ele defendeu a urgente aceleração do programa Calha Norte, que prevê estrutura para trabalho conjunto e permanente das Forças Armadas com ministérios e órgãos como o Ibama, Funai e Polícia Federal, em lugar de se criar uma força especial.

O Calha Norte parece-me o melhor meio de, ao mesmo tempo, dinamizar a presença do Estado brasileiro na região e suprir as necessidades básicas dos amazônidas – declarou.

O senador (foto abaixo) disse que, além do problema do narcotráfico, muitas ONGs que atuam na região amazônica sem fiscalização têm servido de camuflagem para interesses estrangeiros que se contrapõem aos destinos do Brasil.



Foto: Genildo Magalhães

## Goellner propõe pacto ambiental na Amazônia

Gilberto Goellner (DEM-MT) propôs a celebração de grande pacto ambiental na Amazônia, que envolva autoridades governamentais de todas as esferas, representantes de produtores rurais e da sociedade civil e possibilite o desenvolvimento sustentável da região.

O senador (foto abaixo) defendeu a ampliação para toda a região amazônica do projeto Lucas do Rio Verde Legal, da prefeitura de Lucas do Rio Verde (MT) e da ONG The Nature Conservancy (TNC). A iniciativa pretende tornar o município mato-grossense o primeiro a ter todas as propriedades rurais regularizadas do ponto de vista do Código Florestal. Isso transformaria Lucas do Rio Verde em uma das únicas localidades do país a não possuir nenhuma espécie de passivo socioambiental no setor agropecuário, a estar livre de problemas trabalhistas e a fazer uso correto e seguro de agroquímicos.



Foto: Genildo Magalhães



Na sessão solene do Congresso Nacional, ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; senadora Serys Slhessarenko, deputado Osmar Serraglio, senador Efraim Morais, ministro Carlos Minc e deputado Sarney Filho: preocupações com a preservação dos recursos naturais e com a soberania na Amazônia

# Congresso celebra Dia do Meio Ambiente

O BRASIL SE encontra diante do desafio de defender o meio ambiente e as atividades produtivas auto-sustentáveis, bem como garantir sua soberania diante das pressões externas de países desenvolvidos.

Essa afirmação foi feita ontem pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais, ao abrir a sessão solene do Congresso em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. A sessão foi requerida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Efraim elogiou o programa Senado Verde, que está implantando boas práticas, como a captação da água da chuva, a reutilização da água empregada na lavagem dos carros, o plantio de árvores, o uso de papel reciclado e a opção pelos biocombustíveis.

A questão das ameaças à soberania nacional em relação à Amazônia foi também abordada por Serys Slhessarenko. Ela lembrou observação do presidente Lula de que o mundo precisa entender que a Amazônia pertence ao Brasil. Na opinião de Serys, a compra de grandes áreas de terras da

Amazônia significa uma nova forma de colonialismo.

Marina Silva (PT-AC) afirmou que o Brasil conta com leis boas e que, nos últimos anos, tem avançado na aplicação dessas leis de uma forma que há 20 anos, quando o ambientalista Chico Mendes foi assassinado, seria inacreditável.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao assumir a presidência da sessão, concedeu a palavra ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O ministro disse que, além das propostas para proteção da biodiversidade, é importante a aplicação das leis.

Fernando Collor (PTB-AL) observou que todos terão que mudar seus hábitos para proteger a vida na Terra.

Renato Casagrande (PSB-ES) lamentou que 98% das florestas dos países ricos já tenham sido devastadas e alguns desses países não busquem diminuir a produção de gases poluentes.

Kátia Abreu (DEM-TO) disse que se coloca a maior parte do peso da proteção ambiental para a área rural, quando nas cidades 80% dos esgotos são jogados nos rios.

## Marina cobra transferência de recursos dos países ricos

Marina Silva (PT-AC) afirmou, em Plenário, que o Brasil não tem a pretensão de ser "a Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] dos biocombustíveis" e defendeu o caráter contributivo da iniciativa na busca da redução das emissões de gases do efeito estufa. A afirmação foi feita no momento em que o presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC na sigla em inglês), Rajendra Pachauri – a quem Marina chamou de "amigo do Planeta" –, visitava o Plenário. O IPCC, órgão da Organização das Nações Unidas, foi vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2007, juntamente com

o ex-vice-presidente norte-americano Al Gore.

– Queremos dar uma contribuição, e tem que ser a partir de princípios de sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural, para que possamos ter uma nova dimensão civilizatória. Não se trata de negócio, trata-se da cooperação, da solidariedade em busca de uma nova chance em termos de uma civilização que pensa aqui e no futuro, defendendo os interesses dos que ainda não nasceram – disse.

Marina cobrou a promessa da transferência de recursos e conhecimentos dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento.



Rajendra Pachauri (E) cumprimenta Eduardo Suplicy, ao lado de Marina Silva e José Nery

## Paim anuncia propostas para conservar recursos naturais

Paulo Paim (PT-RS) anunciou, em Plenário, a apresentação de duas proposições que, segundo ele, poderão contribuir para a conservação dos recursos naturais e a preservação da vida.

O senador apresentou projeto de lei que

exige a utilização de papel reciclado nos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, em nível federal, estadual e municipal, e uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que submete à análise do Senado as operações de compra e arrendamento, por

peças físicas ou jurídicas estrangeiras e por pessoas jurídicas brasileiras de capital estrangeiro, de propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal.

A proposta estabelece que a compra e o arrendamento das terras deverão ser apro-

vados por maioria absoluta dos senadores. Além disso, todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício da repressão ao tráfico.

## Raupp alerta para responsabilidade diante das próximas gerações

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) alertou, em discurso no Plenário, para as responsabilidades com o meio ambiente por parte de uma geração consciente dos danos à Natureza causados pelo ser humano. Na opinião de Raupp, o homem,

anteriormente iludido, considerou-se por muito tempo o mestre e o senhor do planeta, convertendo-o fantasiosamente num palco para sua aventura, atitude que já não é mais viável.

– Perdemos o álibi da ingenuidade e da

inocência. Infelizmente, nosso conhecimento nos impõe uma responsabilidade, diante das próximas gerações, que as gerações passadas não tiveram conosco na mesma medida – advertiu.

Raupp observou que agora dois desafios

se colocam de forma dramática: reintegrar o gênero humano a um padrão de interdependência com o meio ambiente e impedir que as relações econômicas nesse novo quadro repitam o esquema de supremacia dos países ricos sobre os demais.

## Casagrande saúda presidente do IPCC e destaca trabalho de senadores

Em nome do Senado Federal, Renato Casagrande (PSB-ES) deu boas-vindas a Rajendra Pachauri, presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que estava em visita ao Senado.

O senador ressaltou o trabalho desenvolvido pelo economista indiano e disse que o Senado tem um grupo de trabalho em que vários parlamentares debatem constantemente a questão ambiental, contando inclusive com a ex-ministra do Meio

Ambiente e senadora Marina Silva, que é referência internacional nessa área. Casagrande observou que o fortalecimento do debate ambiental se deve ao trabalho desenvolvido pelo IPCC.

– Os relatórios do IPCC servem de base

para os nossos estudos e pesquisas, mas causaram um grande impacto político na sociedade, que passou a pressionar os governantes, os acadêmicos e quem tem a capacidade de implementar uma política nessa área.

## Flexa Ribeiro aponta confusão sobre seu projeto

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que não desiste de defender, permanentemente, o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Ele afirmou que o Projeto de Lei do Senado (PLS) 110/05, de sua autoria, não diminui a reserva legal na Amazônia. Flexa Ribeiro explicou que seu projeto, já aprovado no Senado e enviado à Câmara dos Deputados em 2005, estabelece apenas o reflorestamento de áreas já degradadas da região.

O senador (foto abaixo) criticou setores ambientalistas e o próprio ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, por dizerem que sua proposta diminui a reserva legal na Amazônia de 80% para 50%. Flexa Ribeiro explicou que seu projeto, tramitando na Câmara dos Deputados como PL 6.424/05, vem sendo confundido com o PL 1.207/07, com o qual tramita em conjunto naquela Casa.



Foto: Genildo Magalhães

## População está mais consciente, diz Quintanilha

Ao registrar as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente ocorridas hoje no Congresso, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) listou uma série de acontecimentos que, em sua opinião, permitem traçar "um cenário otimista para o desfecho da crise ambiental que assola o país".

Segundo o senador (foto abaixo), há hoje uma visível conscientização da população sobre os problemas ambientais, especialmente das gerações mais jovens. Ele considerou também positiva a busca da definição de um modelo regulatório para inibir as ações predatórias contra as florestas.

No âmbito do Senado, Quintanilha ressaltou as ações do programa Senado Verde, visando à economia de energia elétrica, água e papel.

– O desenvolvimento tem de caminhar de forma conjunta com a preservação ambiental.



Foto: Mariana Mariz

## Pachauri: emergentes devem construir política ambiental

Como parte das comemorações da III Semana do Meio Ambiente, o presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, e por senadores ligados à causa ambiental. O economista e cientista ambiental afirmou que os países emergentes devem construir juntos políticas que visem à preservação dos recursos naturais do planeta.

– Brasil, Índia e outros países emergentes estão servindo de exemplo tanto para países em desenvolvimento quanto para países desenvolvidos no que se

refere à preservação dos recursos naturais – avaliou.

No início de 2007, o IPCC – que reúne cerca de 3 mil cientistas e especialistas de várias áreas – divulgou as conclusões de um trabalho realizado desde 1990.

O relatório concluiu que a ação humana é provavelmente a maior responsável pelo aquecimento global nos últimos 50 anos, e que os efeitos dessa influência se estendem a outros aspectos do clima, como elevação da temperatura dos oceanos, variações extremas de temperatura e até padrões dos ventos.

Para o IPCC, os países poderiam diminuir os efeitos maléficos do

aquecimento global estabilizando as emissões de carbono em um patamar razoável até 2030 – isso custaria 3% do PIB (produto interno bruto) mundial.

Marina Silva salientou que a visita de Pachauri ocorre num momento delicado, em que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta aumento no desmatamento da Floresta Amazônica.

Renato Casagrande, presidente da Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, frisou que a proposta encaminhada pelo governo federal para enfrentar essa questão é fruto dos debates promovidos no Congresso.

Serys Slhessarenko disse que o trabalho do IPCC é referência para os parlamentares brasileiros. José Nery (PSOL-PA) afirmou que a presença de Pachauri era um grande estímulo à atuação do Legislativo na área. Já Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), destacou as ações internas realizadas pelo Senado para reduzir o aquecimento global, como a reciclagem de materiais.

Após a audiência, o grupo de parlamentares, liderado pelo presidente Garibaldi, conduziu o presidente do IPCC ao Plenário, onde ele foi saudado pelos demais senadores.

Participantes de audiência defendem fiscalização mais efetiva para garantir autenticidade de medicamentos

# Ofensiva contra falsificação de remédio

ESPECIALISTAS EM SAÚDE e produtos farmacêuticos foram unânimes em afirmar, durante audiência pública no Senado, que o combate à falsificação de medicamentos passa, obrigatoriamente e prioritariamente, por uma fiscalização efetiva na cadeia produtiva, sobretudo na distribuição, com mecanismos de rastreamento que permitam garantir a sua autenticidade.

A audiência ocorreu na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e teve o objetivo de instruir a tramitação do projeto de lei (PLS 521/07) de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que determina a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico. O requerimento para a realização do debate foi feito pelo relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), e pelo presidente do colegiado, Wellington Salgado (PMDB-MG).

A "insuficiência" na fiscalização de toda a cadeia de distribuição de remédios foi lembrada pelo diretor-presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), Carlos Alexandre Geyer. Ele enfatizou que o Ministério da Saúde tem conseguido reduzir a falsificação de medicamentos no Brasil, mas que a carência na fiscalização ainda é muito grande.

O presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), André Franco Montoro Filho, sugeriu a implantação de um sistema bidimensional na embalagem secundária que viabilize sistemas de rastreamento e autenticidade e garanta ainda acesso a informações em todos os elos da cadeia produtiva.

Já Lauro Moretto, diretor-executivo técnico regulatório da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), ressaltou que o projeto em exame é convergente com as ações de

combate à falsificação recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Mas fez restrição ao prazo previsto para a entrada em vigor das novas normas, que é de 180 dias. O prazo ideal, a seu ver, não deveria ser inferior a 60 meses.

## Roubo de carga

O diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, explicou que, atualmente, o roubo de cargas é mais preocupante do que a própria falsificação de medicamentos. "Ficou mais fácil roubar carga do que montar toda uma estrutura voltada para falsificar. Não quero dizer com isso, que a falsificação acabou, as sim que o roubo de cargas mudou um pouco o perfil [do setor] antes existente", explicou.

Entre os requisitos mínimos para a definição de mecanismos de rastreabilidade e autenticidade de medicamentos, Dirceu Raposo sugeriu a existência

de capacidade e facilidade de identificação imediata de autenticidade de um produto, a presença de identificador único de medicamento (IUM) e a disponibilidade de acesso a informações para rastrear um produto.

Já o gerente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Marcelo Liebhardt, destacou os prejuízos causados pela falsificação de medicamentos em todo o mundo. Ele citou a ocorrência de graves problemas colaterais de saúde e até mesmo de morte, a perda de confiança nos sistemas de saúde e nas marcas e a evasão de receita fiscal.

– Estima-se que em 2010 as vendas mundiais de medicamentos falsificados cheguem a US\$ 75 bilhões, incremento de mais de 90% se comparado com 2005. Essa falsificação representará 16% das vendas mundiais da indústria legítima – revelou Marcelo Liebhardt.

## Projeto obriga identificação eletrônica

A proposta de iniciativa do senador Valdir Raupp altera o artigo 60 da Lei 6.360/76, que dispõe sobre vigilância sanitária para medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e saneantes, entre outros, com o objetivo de obrigar a identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico.

Conforme o projeto, a lei passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo: "A embalagem destinada a conter ou acondicionar droga, medicamento ou insumo farmacêutico deverá possuir identificação baseada em sistema de detecção por meio eletrônico que permita acessar dados que identifiquem o produto quanto ao número de registro, nome do produtor, data de fabricação, prazo de validade, número de lote e outros estabelecidos em regulamento pelo órgão sanitário competente".

## Tramitação

Na CCT, onde está sendo analisado, o projeto tem como relator o senador Marcelo Crivella. Após o exame dessa comissão, a matéria ainda será submetida às comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Assuntos Sociais, que decidirá sobre o projeto em caráter conclusivo.

Ao justificar a proposta, Valdir Raupp argumenta que a alteração pretendida visa combater a falsificação ou adulteração de medicamentos, que, segundo estimativas, atinge 25% dos produtos em circulação em todo o mundo.

– A instituição de um sistema de detecção eletrônica de dados que identifique os medicamentos tornará mais efetivas as ações de fiscalização sanitária e permitirá o rastreamento mais fácil e ágil de medicamentos falsificados. Essa é uma medida eminentemente de defesa do consumidor e da saúde pública – diz o senador.



Na audiência pública, Carlos Geyer (E), Moretto, Wellington Salgado, presidente da CCT, André Franco Montoro Filho, Marcelo Liebhardt e Dirceu Raposo de Mello

## Mais segurança para o consumidor e o setor farmacêutico

Na audiência pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia para instruir o projeto de lei que determina a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico, os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Flávio Arns (PT-PR) destacaram a importância da iniciativa para garantir mais segurança tanto para o consumidor quanto para os produtores de remédios.

Flávio Arns ressaltou que a prática de falsificar medicamentos deveria ser definida como

crime hediondo. O parlamentar lembrou que um remédio falsificado pode ocasionar vários efeitos colaterais irreversíveis à saúde e até mesmo a morte do usuário.

– É preciso aparelhar nossos órgãos fiscalizadores com instrumentos eficientes que permitam uma fiscalização também eficiente – afirmou o senador pelo Paraná.

## Rastreamento

Em sua intervenção, Arns lembrou ainda que outro grave

problema que a indústria brasileira de medicamentos enfrenta é o roubo de cargas. Ele criticou, no entanto, comentário de empresários do setor de que a implantação de sistemas modernos de rastreamento de mercadorias terminaria ocasionando o aumento do custo de remédios.

– Um sistema de rastreabilidade eficiente, que reduzisse o roubo de cargas, poderia, sim, reduzir os custos farmacêuticos, e não aumentar – argumentou.

Por sua vez, Valdir Raupp, o autor da proposição, elogiou

a exposição feita pelos especialistas em saúde e produtos farmacêuticos que participaram da audiência pública.

Na opinião do senador, as informações prestadas serão fundamentais para a redação do relatório sobre seu projeto na CCT, que será elaborado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), e também nas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS), na qual a matéria será votada em decisão terminativa.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Augusto Botelho • Antônio Carlos Valadares • Romeu Tuma • Raimundo Colombo • Paulo Paim • Rosalba Ciarlini

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
 O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Constituição foi decisiva para estruturar o país

A Constituição de 1988 foi decisiva para a estruturação e a montagem do padrão de proteção social e do trabalho do país, disse o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, em palestra ontem, no segundo dia do seminário *20 Anos da Constituição Cidadã*.

Ele destacou a "singularidade brasileira" na construção dessa proteção, e afirmou que não há tradição no país de rupturas políticas, econômicas e sociais e nem experiência com reformas e revoluções.

O segundo palestrante, Ricardo Antunes, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas (Unicamp), lembrou que a elaboração da Constituição ocorreu na década de 1980, marcada pelas lutas sociais e políticas, e pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), "paralelamente à luta contra a ditadura militar".

O advogado Ulisses Riedel, último palestrante do painel, classificou a Constituição como um grande avanço para a população.

– Conseguimos elaborar leis, mas precisamos implementá-las. Um exemplo é o que conseguimos colocar na Constituição sobre o salário mínimo. Um simples artigo que, se conseguíssemos implementar, permitiria que o país avançasse bem mais.

Em seminário sobre os 20 anos da Constituição, senador afirma que pacto político que levou à Constituinte foi o mais importante do período republicano



Ivaír dos Santos; Hamilton Pereira, do Ministério do Meio Ambiente; e Maciel (D) em evento promovido pelo Congresso

## Maciel: Carta de 88 ampliou os direitos fundamentais

O PACTO POLÍTICO que possibilitou a transição do regime militar à restauração da democracia no Brasil, na década de 80, foi classificado pelo senador Marco Maciel (DEM-PE) como o maior do período republicano. Ele fez a afirmação ontem, no último dia do seminário *20 Anos da Constituição Cidadã*, realizado no Congresso.

Esse pacto, recordou Maciel, foi elaborado desde o início do quadro sucessório presidencial, em meados de 1984, com a associação do então MDB e da Frente Liberal, que criou condições para a construção de uma candidatura alternativa à apoiada pelo governo do general João Batista Figueiredo. O senador recordou o compromisso assumido por Tancredo Neves de ir ao Colégio Eleitoral para se contrapor a ele.

Tancredo foi o responsável pela criação da comissão multidisciplinar que elaborou um pré-projeto da Constituição.

– A Carta de 88 representou um grande avanço relativo aos direitos fundamentais. Uma grande contribuição foi o acesso à prestação judiciária pelo Estado. Sem isso, dizia Ulysses [Guimarães], ela não seria uma constituição-cidadã – afirmou.

Para a subprocuradora-geral da República Deborah Macedo Duprah, a Constituição mudou paradigmas. Para ela, o modelo de igualdade, que era meramente formal, passou a ser o do reconhecimento da diferença, com o fim da tutela sobre os grupos minoritários e a garantia do seu direito de participar da sociedade e da vida política.

A procuradora do estado de

São Paulo Flávia Piovesan definiu a Constituição de 88 como "instrumento constitucional de uma luta emancipatória, com uma concepção contemporânea dos direitos do homem e portadora de uma ética afirmativa da dignidade humana e preventiva do sofrimento humano".

Ivaír Augusto dos Santos, assessor da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ressaltou que alguns direitos conquistados antes de 1988, como a criminalização do racismo (ocorrida em 1951, com a Lei Afonso Arinos), após conseguirem *status* constitucional, geraram uma demanda extraordinária por justiça. De acordo com Santos, porém, ainda é preciso superar "o racismo institucional, praticado pela polícia e pelo Judiciário, que tentam negar a existência do crime".

## Valter Pereira destaca papel da Constituinte

A Assembléia Nacional Constituinte de 1988, segundo o senador Valter Pereira (PMDB-MS) – foto abaixo –, não foi um acontecimento comum na história, mas um "divisor de águas", que livrou o país da opressão do regime militar (1964-1985) e resgatou a cidadania da população.

– Uma sociedade subjugada por mais de 20 anos não pode esquecer o sofrimento de tanta tirania. Nem pode esquecer que a tribuna da Câmara e do Senado foram trincheiras corajosas na defesa do povo oprimido – destacou.

Valter Pereira destacou ainda seminário alusivo aos 20 anos da Constituição de 1988, promovido pelas Mesas da Câmara e do Senado. Na terça-feira, o parlamentar participou do evento como coordenador do painel "Processo constituinte e participação popular", que também contou com a presença do advogado João Gilberto Lucas Coelho, do pesquisador Francisco Whittaker e do cientista político Adriano Pilatti.



Fotos: Gerardo Magela

### ROSALBA QUESTIONA ANÚNCIO DE REFINARIA

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou ontem em Plenário que o governo não fala a verdade ao anunciar a instalação de uma refinaria da Petrobras no Rio Grande do Norte. Na realidade, disse, será ampliada a planta de Guamaré, para a produção de gasolina.

– Estão querendo encobrir a verdade. O nosso estado sempre teve o sonho, a esperança de ter uma refinaria.

### Carlos Dunga defende volta das ferrovias ao Nordeste



Gerardo Magela

Carlos Dunga (PTB-PB) defendeu a reativação da malha ferroviária do Nordeste, principalmente na Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará.

Segundo afirmou, a medida é fundamental para o escoamento das produções mineral, industrial e agrícola da região para o restante do país.

### Jayme Campos quer agência para regular venda de terra



Gerardo Magela

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou que apresentará projeto para autorizar o Executivo a criar uma agência reguladora territorial rural. O órgão teria a finalidade de fiscalizar, monitorar

e autorizar transações comerciais e imobiliárias no campo. O senador está preocupado com a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

### Geovani elogia sanção de leis que agilizam a Justiça



Moreira Matiz

Geovani Borges (PMDB-AP) parabenizou o presidente Lula e o ministro da Justiça, Tarso Genro, pela sanção de três projetos, aprovados pelo Congresso, que alteram o

Código de Processo Penal. As medidas, avaliou Geovani Borges, tornarão mais rápidos os processos e simplificarão as decisões judiciais.

### Augusto cobra investimento em educação de qualidade



Leopoldo Silva

Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que o aumento da escolaridade média da população brasileira está ajudando a diminuir a desigualdade salarial no país, conforme levantamento da Uni-

versidade de São Paulo. Os dados, observou, indicam que o Brasil tem que investir cada vez mais em educação de qualidade.

### ACRE TERÁ MAPEAMENTO MINERAL, ANUNCIA VIANA

Tião Viana (PT-AC) disse que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, assegurou a realização de um mapeamento mineral no Acre. A medida permitirá a exploração ambientalmente sustentável desses recursos. Segundo o senador, está adiantada a negociação para que se crie um programa de trabalho entre os governos federal e estadual para o mapeamento.

### Expedito apresenta denúncia sobre intervenção no Beron

Expedito Júnior (PR-RO) mostrou denúncia do *site Rondônia ao Vivo* de que o ex-presidente

do Banco Central Gustavo Loyola, que decretou intervenção no Banco do Estado de Rondônia

(Beron), seria sócio de consultoria contratada para analisar a situação da instituição.

### JOSÉ NERY DENUNCIA POLUIÇÃO DO RIO PARÁ

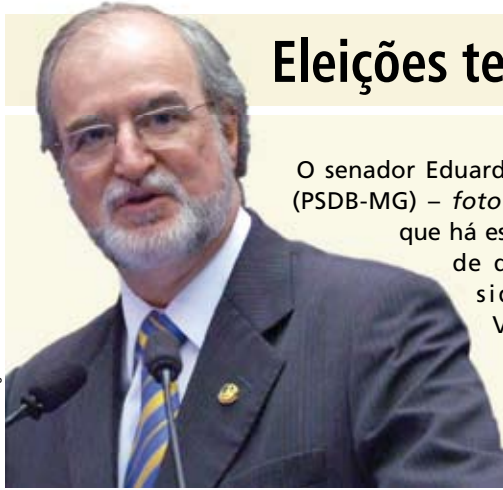
José Nery (PT-PA) denunciou a poluição do rio Pará, cujas águas não podem mais ser utilizadas para consumo humano, banho e pesca. No local estão sediadas grandes empresas extratoras de alumínio e caulim. Moradores de Barcarena (PA), disse, cobram providências. O senador também elogiou o lançamento da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

### ARNs LEMBRA DIA CONTRA O TRABALHO INFANTIL

É responsabilidade de todos olhar para a problemática do trabalho infantil e agir, para transformar essa realidade em garantia de cidadania, que passa pelo investimento do governo em escola, lazer, ajuda à família e direitos humanos. A opinião é de Flávio Arns (PT-SC), que lembrou ontem o Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil. A data é celebrada no dia 12.

## Eleições teriam levado Chávez a mudar opinião sobre as Farc, diz Azeredo

Foto: Geraldo Magela



O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – foto – afirmou que há especulações de que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, teria mudado de opi-

nião sobre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) devido à queda no apoio popular ao seu governo. O líder venezuelano defendeu, no início da semana, a libertação dos reféns mantidos pelo grupo e declarou que a América Latina não comporta guerrilhas. A Venezuela realizará eleições para governadores este ano e a situação

de “chavismo” não seria confortável. Segundo Azeredo, pesquisas teriam mostrado que 70% dos venezuelanos são contrários às Farc e que a aprovação a Chávez caiu para 40% – 20% a menos que o mensurado em 2006.

– Preocupado com a política, o presidente condena as Farc, que antes elogiava – ressaltou.

Azeredo também comemorou o anúncio da expansão da fábrica da Helibrás (Helicópteros do Brasil), em Itajubá (MG), para produção de helicópteros de grande porte. A empresa é produtora de 54% da frota de helicópteros do país. A expansão, disse, levará a empresa a se somar ao pólo da Embraer em excelência e tecnologia.

Comissão de Relações Exteriores ouve de embaixadores exposição sobre o relacionamento com os governos paraguaio, belga e japonês



Heráclito Fortes (segundo à direita), entre Ivan Cannabrava, Eduardo dos Santos e Luiz Augusto de Castro Neves, preside a reunião da CRE

Márcia Kallume

## Situação dos brasileiros na Guiana Francesa

As relações bilaterais entre o Brasil e a França – especialmente no que se refere às questões que envolvem o Amapá e a Guiana Francesa – serão tema de audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Requerimento com a proposta, apresentado por Papaléo Paes (PSDB-AP), foi aprovado ontem pela CRE.

Segundo o parlamentar, as boas relações entre os dois países sofreram abalos recentemente, a partir de “denúncias de violência contra brasileiros que trabalham no lado francês”, quer de forma legal ou ilegal.

Também foi aprovada a realização de audiência pública – em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia – a respeito da “política indigenista do governo federal e a atuação de organizações não-governamentais na Amazônia”. O primeiro signatário do requerimento para a realização da audiência foi o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Ao final da reunião, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou a visita que fez, na carceragem da Polícia do Exército, ao sargento Laci de Araújo, detido depois da publicação de reportagem sobre homossexualismo no Exército pela revista *Época*. A visita foi feita a pedido do presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que havia solicitado a Suplicy o acompanhamento do caso.

## Brasil terá plano de ajuda ao Paraguai

O GOVERNO BRASILEIRO está preparando um programa de ajuda ao desenvolvimento do Paraguai, informou o embaixador designado para Assunção, Eduardo dos Santos, cuja mensagem de indicação para o posto foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Um dos pontos do programa, adiantou, será o apoio à construção de uma linha de transmissão entre a hidrelétrica de Itaipu e a capital paraguaia.

Em seu voto favorável à indicação, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator *ad hoc* da mensagem, destacou dois pontos principais no relacionamento bilateral: Itaipu e o futuro dos “brasiguaios”, agricultores brasileiros residentes no país

vizinho. Quanto a Itaipu, o senador observou que tem sido “amplamente difundida” no Paraguai a percepção de que o tratado que deu origem à construção da hidrelétrica, firmado há 35 anos, conteria cláusulas lesivas ao país.

Em sua exposição, Santos disse que os esforços pelo desenvolvimento do Paraguai estão de acordo com os interesses brasileiros. Por isso, observou, o Brasil deve apoiar a implantação, naquele país, de indústrias que possam usar parte da energia gerada por Itaipu que pertence ao Paraguai. Além disso, mencionou, o programa deve conter medidas relativas às áreas de biocombustíveis e turismo.

Fernando Collor (PTB-AL) desejou boa sorte ao embaixador

na “missão espinhosa” que terá pela frente, em um país onde o presidente eleito, Fernando Lugo, defendeu em sua campanha eleitoral propostas como a de revisão do tratado de Itaipu, destacou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a proposta de construção de uma linha de transmissão de eletricidade para Assunção. Por sua vez, Romeu Tuma (PTB-SP) alertou para o risco de aumento, no Paraguai, da violência no campo, devido às ameaças contra os agricultores brasileiros residentes no país.

### Bélgica

A preocupação com a situação de brasileiros no exterior também foi tema do embaixador designado para a Bélgica,

Ivan Oliveira Cannabrava, cuja indicação recebeu igualmente parecer favorável. O embaixador observou que existem 4 mil brasileiros regulares na Bélgica, e entre 20 mil e 30 mil irregulares.

Cannabrava recordou que, para uma população de 10 milhões de habitantes, já existe no país 1 milhão de imigrantes, especialmente turcos e marroquinos. Por isso, partidos de direita vêm defendendo uma posição mais dura em relação aos estrangeiros. O embaixador – indicado também para representar o Brasil em Luxemburgo – disse que poderá ser estimulada a oferta de cursos supletivos a brasileiros residentes na Bélgica. O relator da mensagem foi o senador Marco Maciel (DEM-PE).

## Embaixador defende relançamento das relações com o Japão

A implantação do sistema de televisão digital e a possível participação de empresas japonesas na construção de um trem de alta velocidade entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas foram citadas pelo ministro Luiz Augusto de Castro Neves como exemplos da ampliação das relações do Brasil com o Japão. Sua indicação para o cargo de embaixador em Tóquio recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O embaixador recordou os grandes investimentos japoneses no Brasil ao longo das décadas de 60 e 70. Mas, observou, a crise econômica mundial da década de 80 e problemas econômicos nos dois países levaram a uma redução dos investimentos e do comércio bilateral.

– Existe um grande potencial para o relançamento das relações com o Japão, que já foi o nosso maior parceiro na Ásia – disse Castro Neves.

Segundo relatório do senador

Romeu Tuma (PTB-SP), relator *ad hoc* da indicação, o comércio com o Japão representava, em 1991, 7,6% do total das trocas comerciais brasileiras com todo o mundo. Em 2007, comparou, a participação caiu para 3,2%.

Dos setores em que pode haver maior aproximação entre os dois países está também o de biocombustíveis, disse o embaixador. O Japão é carente de energia, ressaltou, e o Brasil tem “grande potencialidade” na produção de biocombustí-

veis, cuja utilização naquele país poderia ter, frisou, “positivas conseqüências ambientais”.

A implantação do trem rápido entre Rio e Campinas foi elogiada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma. Paulo Duque (PMDB-RJ) ressaltou a grande exportação de alimentos brasileiros para o Japão. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por sua vez, recordou a visita ao Brasil do príncipe herdeiro japonês, Naruhito, a partir da próxima quarta-feira.

## Kátia Abreu saúda presidente da Unale

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) saudou a posse do deputado estadual do Tocantins César Halum na presidência da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) para o biênio 2008/2009. O parlamentar foi empossado durante a 12ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, rea-

lizada em 30 de maio em Fortaleza. Ele é o primeiro tocantinense eleito para presidir a instituição, que reúne mais de mil deputados estaduais.

– A posse foi muito prestigiada, inclusive pelo presidente do Legislativo tocantinense, deputado Carlos Henrique Gaguim – disse Kátia Abreu.

## Suplicy falará no Timor-Leste sobre renda

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu carta do presidente do Timor-Leste, José Ramos-Horta, com convite para que ele exponha naquele país sua proposta de renda básica de cidadania. A carta foi dirigida ao presidente do Senado, Garibaldi Alves. Suplicy (foto) viaja ao Timor segunda-feira. Depois, irá à Irlanda, para participar de congresso da Bien (Basic Income Earth Network). O evento terá como tema a desigualdade e o desenvolvimento em uma economia globalizada.



Foto: Geraldo Magela